

TERRITÓRIO E FINANCIAMENTO PÚBLICO¹:

Uma análise do PROINF em Minas Gerais¹.

TERRITORY AND PUBLIC FUNDING:

An analysis of PROINF in Minas Gerais.

Autores: Andréia Maria Assunção Batista; Eduardo Magalhães Ribeiro; Alexandro Moura Araujo; Mariana de Oliveira Santos.

Filiação: Bolsista CNPq/UFMG, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território UFMG/UNIMONTES; Professor do ICA/UFMG, pesquisador CNPq, bolsista PPM/Fapemig; Bolsista EXP/CNPq/ICA/UFMG; Graduanda em Administração ICA/UFMG, bolsista CNPq.

E-mail: assuncao-28@hotmail.com; eduardomr@pq.cnpq.br; alexx_m_a@hotmail.com; maryoliveira0512@hotmail.com.

Grupo de Pesquisa: 7. Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

Desde 2003, o governo brasileiro tem adotado o enfoque territorial como base de orientação na constituição e implementação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do país. Sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial foram criados no Brasil 241 territórios até 2016, entre esses, 12 estão localizados no estado de Minas Gerais. Este trabalho analisa projetos financiados nos territórios de Minas Gerais com recursos Programa Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços e compara os custos por tipo de projetos, custos por territórios e número de projetos por território. Para isso recorre à base de dados do MDA e usa informações primárias fornecidas pela assessoria aos territórios. No período analisado foi possível perceber que todos os territórios de Minas Gerais foram contemplados com recursos do PROINF, porém existe grande disparidade em relação aos valores gastos entre os territórios e em relação à constância no envio das propostas. No entanto há uma similaridade entre os tipos de projetos implementados nos territórios do estado de Minas Gerais para o período analisados.

Palavras-chave: Território; políticas públicas; agricultura familiar; desenvolvimento rural; PROINF.

Abstract

Since 2003, the Brazilian government has adopted a territorial approach as guidance based on the constitution and implementation of public policies aimed at development of the country. Under the coordination of the Ministry of Agrarian Development and through the Territorial Development Secretariat were created in Brazil 241 territories by 2016, among these 12 are located in the state of Minas Gerais. This paper analyzes projects funded in the areas of Minas Gerais Program resources Support for Infrastructure Projects and Services and compares the costs for such projects, costs for territory and number of projects by territory. For it resorts to the MDA database and uses primary information provided by

¹ A pesquisa que originou este artigo foi apoiada por CNPq/MDA (NEDET/Encomenda, processo 408408/2013-8) e Fapemig.

assistance to the territories. In the analyzed period was observed that all the territories of Minas Gerais were awarded PROINF resources, but there is great disparity in relation to the amounts spent between the territories and in relation to constancy in the submission of tenders. However there is a similarity between the types of projects implemented in the territories of the state of Minas Gerais for the analyzed period.

Key words: Territory; public policies; family farming; rural development; PROINF.

1. Introdução

No Brasil a criação de políticas públicas a partir do enfoque territorial é bastante recente. Começou na primeira década do século XXI, em 2003, com a formulação de programas governamentais dirigidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário criando os territórios rurais. Esses territórios foram constituídos levando em conta os níveis do Índice de Desenvolvimento Humano, a presença expressiva de agricultores familiares e de beneficiários do programa Bolsa Família. Territórios faziam parte de um esforço para concentrar recursos públicos em determinadas áreas críticas e, ao mesmo tempo, estimular iniciativas construídas a partir de interesses pactuados com base nos sentimentos de identidade e pertencimento.

Posteriormente, em 2007, e a partir destes territórios, foi criado o Programa Territórios da Cidadania. Este programa não compreendeu todos os territórios rurais, mas apenas 120 daqueles, com indicadores de desenvolvimento mais modestos, e o propósito era enfeixar um conjunto de ações governamentais geradas por diversos ministérios, sob coordenação da Casa Civil, com objetivo de dotar estes territórios de recursos e ampliar a sinergia entre programas, reduzindo as disparidades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, acabou por assumir a coordenação dos dois programas. Mas, além disso, assumiu também a coordenação da principal fonte de recursos de investimentos em todos os territórios: a Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF). Esta ação, daqui em diante neste artigo denominada apenas PROINF, tem como objetivo dotar os territórios de equipamentos e outros condicionantes para estimular ao desenvolvimento; atuando no plano territorial, busca se adequar às demandas dos Planos Territoriais de Desenvolvimento e resolver parte das demandas de capital, estimulando as decisões territoriais autônomas. Em resumo: o plenário territorial, constituído paritariamente por poder público e sociedade civil, decide sobre investimentos que beneficiem ao conjunto do território e estejam em acordo com plano de desenvolvimento territorial anteriormente elaborado.

Ao longo dos 12 anos, entre 2003 e 2014, o PROINF alocou perto de R\$ 60 milhões nos territórios de Minas Gerais. Esses recursos se converteram em edificações, estruturas e equipamentos. Uma parte desses equipamentos, em pleno uso, atende muito satisfatoriamente aos territórios. Mas outra parte ainda não dimensionada desses investimentos enfrenta sérias dificuldades de gestão. Não funcionam, ou funcionam de forma precária. Principalmente estruturas de beneficiamento de produtos agrícolas, resultantes de investimentos em aprimoramento de cadeias produtivas da agricultura familiar, que representam parte relevante dos projetos dos territórios mineiros, enfrentam problemas de subutilização, complementação dos investimentos pactuados, dificuldades de reposição de peças, ausência de normas de uso para atingir seus objetivos ou, simplesmente, estão inconclusos.

Este artigo é parte de um esforço para dimensionar os resultados dos investimentos do PROINF nos territórios de Minas Gerais. Através da análise comparada de dados, examina a

distribuição desses recursos entre os territórios, tendo como principal objetivo analisar a situação atual dos projetos contemplados com recursos do PROINF em um período de 12 anos, mais precisamente de 2003 a 2014.

2. Metodologia

Os temas PROINF, apoio à agricultura familiar, gestão de equipamentos e bens comuns emergiram para os autores deste trabalho a partir do acompanhamento da dinâmica de reuniões dos territórios. Anualmente, nestes fóruns, o tema do PROINF é debatido com o propósito de dotar o Território de equipamentos, edificações ou estruturas equivalentes, geridas em conjunto por setor público e sociedade civil, seguindo os rumos de um programa territorial de desenvolvimento. Porém, em todas as ocasiões em que o tema vem à baila, é acompanhado por duas discussões. Primeiro, estimula uma parte dos membros do Colegiado Territorial a avaliar os desacertos passados e ponderar sobre recursos do PROINF já aplicados no Território que propiciaram resultados medíocres, ou passaram por rumos que os desviaram de seus propósitos. Segundo, em todas as ocasiões em que o PROINF é debatido o setor público municipal revela um interesse grande em participar, manifestar suas necessidades e construir pactuações para “capturar” a dotação de aquisição de equipamento.

A contradição entre os dois interesses - avaliar o passado ou dotar imediatamente o Território de novas estruturas? - fica muito evidente para observadores das assembleias territoriais. E foi da observação participante dessa contradição que surgiu este artigo: em que medida o PROINF atende demandas sociais de desenvolvimento territorial? Em qual medida o Programa atende tão-somente aos interesses de consumo conspícuo de bens e equipamentos? Em que medida o PROINF é adequado aos planos territoriais de desenvolvimento?

Partindo dessas indagações foi construída a metodologia de pesquisa, que passou pelo uso de três fontes sucessivas, combinação das metodologias participativa, qualitativa e quantitativa. A metodologia participativa, construída na interação com as plenárias e fóruns dos territórios, deu base para a formulação inicial de questões e hipóteses em estruturam o objetivo central.

Em seguida foi consultada a literatura pertinente ao tema. Desde 2009 muitos pesquisadores acompanham sistematicamente os programas de desenvolvimento territorial, inicialmente pelos vínculos ao Programa Células de Acompanhamento e Informação (MDA/CNPq); em seguida pelo programa Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, NEDETs (MDA/CNPq). Os dois programas, embora direcionados fundamentalmente para assessoria e extensão, produziram uma razoável massa de conhecimento sistemático sobre os programas territoriais e, em menor escala, sobre o PROINF. A consulta dessa literatura orientou os autores na sistematização das principais questões relacionadas ao objetivo do artigo.

Por fim, foram consultados os dados do Programa. O PROINF, como parte estratégica da política territorial, é responsável por garantir aos territórios os recursos necessários para a promoção das condições de desenvolvimento territorial, financiando projetos cujo objetivo é definido no âmbito dos colegiados territoriais. Todos os projetos financiados pelo PROINF, assim como seu custo, tipo e situação atual podem ser consultados no banco de dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, SDT/MDA.

Os dados utilizados neste artigo foram retirados desta base de dados que os disponibiliza para todos os territórios brasileiros. Após a consulta e seleção dos projetos aprovados para o estado de Minas Gerais, foi feito um tratamento desses dados partindo do interesse da pesquisa. Então, os projetos foram classificados a partir dos critérios custo, tipo,

situação presente e total de recursos gastos no período de 2003 a 2014. A partir dessa base de dados novas tabelas foram construídas de acordo com os objetivos de análise já referidos acima.

Para atingir o objetivo proposto, foi utilizada uma metodologia mista, mais precisamente quali-quantitativa, e após um tratamento preliminar e quantitativo dos dados estatísticos, foi feita uma análise descritiva dos mesmos.

E o artigo, por fim, foi estruturado em duas partes principais: primeiro por meio de levantamento bibliográfico, realizando a discussão pertinente ao tema, tratando das relações entre a agricultura familiar, desenvolvimento territorial, perfil histórico-evolutivo das políticas territoriais, e por fim analisando as relações entre o PRONAF-INFRAESTRUTURA e PROINF. Em seguida, resultado do levantamento estatístico, foi feita a tabulação, análise e comparação de dados dos PROINF, para as quais foram utilizados os dados disponíveis na SGE/SDT.

3. Desenvolvimento territorial e as políticas públicas no Brasil

A partir da redemocratização do país e da Constituição de 1988 iniciou-se um processo de descentralização das ações governamentais, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas, buscando desenvolvimento mais localizado e empoderamento dos atores sociais locais. Surgiu então uma ideia de desenvolvimento que vai além da ideia de crescimento econômico, almejando assim, a promoção de um desenvolvimento endógeno e autônomo, que refletisse os interesses das comunidades, levando os atores sociais a participarem das definições e gestão das políticas públicas. É neste cenário de mudanças de concepções em relação do processo de desenvolvimento do país, que a agricultura familiar vai ganhado espaço e importância, uma vez que o desenvolvimento rural e o combate à pobreza passaram a ser metas das ações governamentais.

Outro fator importante neste contexto foi a preocupação com o ambiente, visto que a lógica capitalista percebe o ambiente como recurso a ser apropriado, transformado, comercializado, objetivando a geração de riquezas. A década de 1980 representou um marco histórico e simbólico para as lutas ambientais. Após a morte de Chico Mendes, em 1988, as ideias de "uso sustentável da natureza" e da existência dos "povos da floresta" se consolidaram, e os países concordaram sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento assentado no tripé economia-ecologia-equidade social. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

O enfoque territorial, então, passou a direcionar as políticas públicas para desenvolvimento local e ambiental, criando os territórios como forma de gestão descentralizada e democrática. Mas essa demanda era antiga: desde 1979, quando foi realizado o Congresso da CONTAG², era exigida uma política pública voltada para o "pequeno agricultor". Esta demanda só encontrou resposta em 1993, no governo Itamar Franco, quando foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, uma linha de crédito para a agricultura familiar com taxa reduzida de juros.

Em seguida, em 1997, foi criado o PRONAF Infraestrutura e Serviços, com o objetivo de viabilizar a infraestrutura para a produção da agricultura familiar. Para que os agricultores pudessem usufruir do benefício, os municípios deveriam atender alguns pré-requisitos: baixo IDH, forte concentração de agricultores familiares e projetos formulados com predominância

² A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 31 de janeiro de 1964, torna-se a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>> Acesso em: Mar 2016.

agrícola, sob o gerenciamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Social – CMDRSS (ORTEGA, 2008).

Estes conselhos pautavam-se pela participação do poder público e da sociedade civil organizada, revelando o início da valorização do capital social. Abramovay (2000) e Pecqueur (2005), já apontavam em seus estudos o caminho para o desenvolvimento territorial a partir da criação do capital social, que se traduz como a capacidade de articulação dos atores sociais, através de relações de confiança, colaboração, reciprocidade e cooperação de traçarem estratégias locais que objetivem o desenvolvimento endógeno. Abramovay (2000) destacou a importância de formação de um pacto territorial que permitisse a construção de um sujeito coletivo que ampliasse o círculo de relações sociais nos vários planos da vida em sociedade, seja o econômico, político e social. O autor ainda descreve as medidas que seriam necessárias à construção deste pacto, que além de uma boa estrutura do projeto, visaria mudanças de cunho educacional, valorização dos atributos regionais, confiança e cooperação de forma voluntária, expansão da abrangência do município e uma definição integradora do conceito de rural e urbano.

No entanto, no início dos anos 2000, uma avaliação dos projetos financiados pelo Pronaf Infra-Estrutura para o desenvolvimento municipal, detectou problemas de uso indevido e apropriação dos equipamentos pelas prefeituras, revelando as dificuldades de gestão pelo município e também a sobreposição de poderes. Como alternativa surgiu a proposta de desenvolvimento territorial, pensando em escalas maiores que os municípios, e então foram constituídos os Territórios Rurais, equacionando os municípios e levando-se em consideração as particularidades destes (ORTEGA e MOYANO, 2015).

As políticas públicas passaram a buscar um desenvolvimento adotando o enfoque territorial, uma vez que os programas implantados até então, centralizados, foram incapazes de alcançar respostas positivas no âmbito local. Para isto fez-se necessário a identificação e construção dos Territórios Rurais, definindo acima as regiões com baixo dinamismo econômico e elevados índices de pobreza. Para Ortega e Jesus (2014), o uso do enfoque territorial é o reconhecimento de realidades singulares, dotadas de especificidades. E o conceito de território adotado pela SDT/MDA também é bastante específico, sendo percebido como um espaço de implantação de políticas públicas descentralizadas e locais. Assim, território pode ser entendido como um espaço formado por elementos físicos, sociais, econômicos e culturais que se relacionam entre si e que se distinguem em alguns elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Percebe-se assim que abordagem territorial para implantação de políticas públicas, busca uma integração entre o local e o global, entre os atores sociais e governo, o que possibilita o aumento da participação da sociedade nas ações governamentais voltadas para o desenvolvimento do país.

Em 2016 existiam 241 Territórios, que possuem um formato que procura estabelecer uma conexão entre as ações governamentais e os interesses dos atores sociais locais. Sendo assim, os Territórios são formados pela Plenária Paritária, constituída por representantes do poder público e sociedade civil e responsável pela elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS; o Núcleo Dirigente, que conduz o cotidiano do território e é responsável pela elaboração de projetos e recebimento dos investimentos, entre eles os recursos do governo federal por meio do PROINF (SDT/MDA: 2013)

Ortega (2014) informa que os objetivos dos Territórios são: auxiliar na formulação e adequação de políticas públicas federais às demandas territoriais; estimular a participação dos atores sociais por meio do apoio e articulação a uma Rede Nacional de Órgãos Colegiados; focar as ações de planejamento e gestão de programas nos territórios e criar estratégias para tomada de decisões acerca de projetos a serem implementados nos territórios.

Em 2007, após avaliação das propostas e dos investimentos, percebeu-se que os programas de desenvolvimento eram apenas de cunho rural. Então, foi criado o Programa Território da Cidadania - PTC, a fim de integrar campo e cidade num único esforço pelo desenvolvimento, com o propósito de fortalecer a identidade territorial a partir da constituição de arranjos sócio produtivos, pretendendo-se superar a pobreza rural por meio da criação de mecanismos de geração de emprego e renda. Para isso foram priorizados os territórios considerados como deprimidos, nos quais foram concentrados recursos de programas públicos oriundos de diversos ministérios sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Buscava-se deste modo focalizar recursos e capacidades em áreas delimitadas denominadas territórios da cidadania, dos quais existem 8 em Minas Gerais. (SDT/MDA: 2013).

Esses territórios, apesar das ações coordenadas pela Casa Civil, continuaram a ser animados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para atuar em todos estes, o MDA criou a Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais - PROINF, que tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura nos Territórios Rurais. Esta ação, como se percebe, é sucedâneo do Pronaf Infraestrutura; age, no entanto, a partir das demandas estabelecidas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável -PTDRS, definidos nos Colegiados Territoriais, que também tem a função de realizar o controle social dos contratos. Para isso contam com o apoio dos Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva que assessoram na criação no território dos projetos apoiados pelo PROINF, para que contribuam para promover a segurança alimentar e nutricional, geração de renda, superação da pobreza e das desigualdades sociais de gênero, etnia e geração, possibilitando as condições para a melhoria da qualidade de vida da população dos territórios. Os recursos são destinados a investimentos, visando o desenvolvimento sustentável dos territórios e são focalizados em ações que potencializem a identidade territorial, a gestão social e a agricultura familiar (PROINF, 2015).

De acordo com o Manual PROINF 2015, a proposta apresentada deve priorizar a inclusão sócio produtiva dos agricultores familiares e suas organizações e as organizações de povos e comunidades tradicionais, de modo a gerar impactos positivos na renda e na qualidade de vida das famílias, na redução e eliminação da pobreza e das desigualdades sociais e de gêneros, por meio do incremento da renda, da segurança e soberania alimentar e nutricional, da estruturação de sistemas produtivos agroecológicos, da implementação de redes solidárias de produção e de projetos organizados coletivamente.

Desde a implantação do PROINF, inicia-se um período de seleção, aprovação e implementação de projetos nos territórios advindos das demandas territoriais. Pelo tempo em que o programa está em vigor e pela quantidade de recursos já alocados nos territórios, tem surgido o interesse de alguns estudiosos na análise dos projetos já implementados nos territórios do Brasil inteiro, com recursos financiados pelo PROINF, e que, portanto, já dão margem à algumas análises sobre a situação desses projetos. Nesta vertente, encontra-se os estudos de Nunes et al (2015), que objetivou analisar a importância do PROINF para ações de inclusão produtiva e de gestão social visando a dinamização econômica e o desenvolvimento dos Territórios da Cidadania Açu-Mossoró e Sertão do Apodi nos anos de 2003 a 2013; os estudos de Tarsitano et al (2013), acerca da análise dos projetos PROINF do território Andradina, estado de São Paulo no período de 2004 a 2011; estudos de Souza (2014) enfocando as interfaces entre o desenvolvimento territorial e rural por meio da materialização dos projetos implantados pelo PROINF nos Territórios da Cidadania do estado de São Paulo.

Vale a pena salientar que estes estudos são recentes. Porém, foi possível a estes autores elencarem alguns resultados obtidos e que servem de pano de fundo para que a SDT/MDA possa corrigir os rumos da aplicação dos recursos do PROINF. Para Nunes e

outros (2009), a falta de assessores técnicos na elaboração dos projetos, a falta de conexão entre MDA e MAPA, a falta de empresa fornecedoras de equipamentos na região Nordeste, a falta de celeridade na execução dos tramites contratuais, a falta de sensibilização por parte dos gestores na priorização dos projetos, a fragilidade no arranjo institucional, entre outros, são alguns dos entraves do PROINF nos territórios de Açu-Mossoró e Sertão do Apodi. Tarsitano et al (2013) apontam o pouco envolvimento da comunidade na formulação dos projetos, a pouca participação e comprometimento das prefeituras, a quantidade de recursos alocados no território, como obstáculos à efetivação da política territorial. Souza (2014), em análise do PROINF em São Paulo, destaca a necessidade de aprimoramento do programa, principalmente na escala municipal onde o PROINF tem mostrado grande fragilidade na implantação, no uso e na gestão dos equipamentos e infraestruturas, o que requer um esforço maior do poder público municipal.

Percebe-se que o PROINF nos territórios analisados pelos autores citados vem enfrentando tantos problemas estruturais quanto conjunturais, o que aponta para a necessidade de aprimoramento tanto do programa quanto da política territorial. Revendo as diretrizes do PROINF e sua aplicação efetiva nos territórios com base nos estudos citados, percebe-se a desconexão entre as propostas iniciais do programa e sua concretização nos territórios, deixando claro a necessidade de revisões, avaliações e medidas de aprimoramento do PROINF e da política territorial.

4. Resultados: PROINF em Minas Gerais 2003/2014

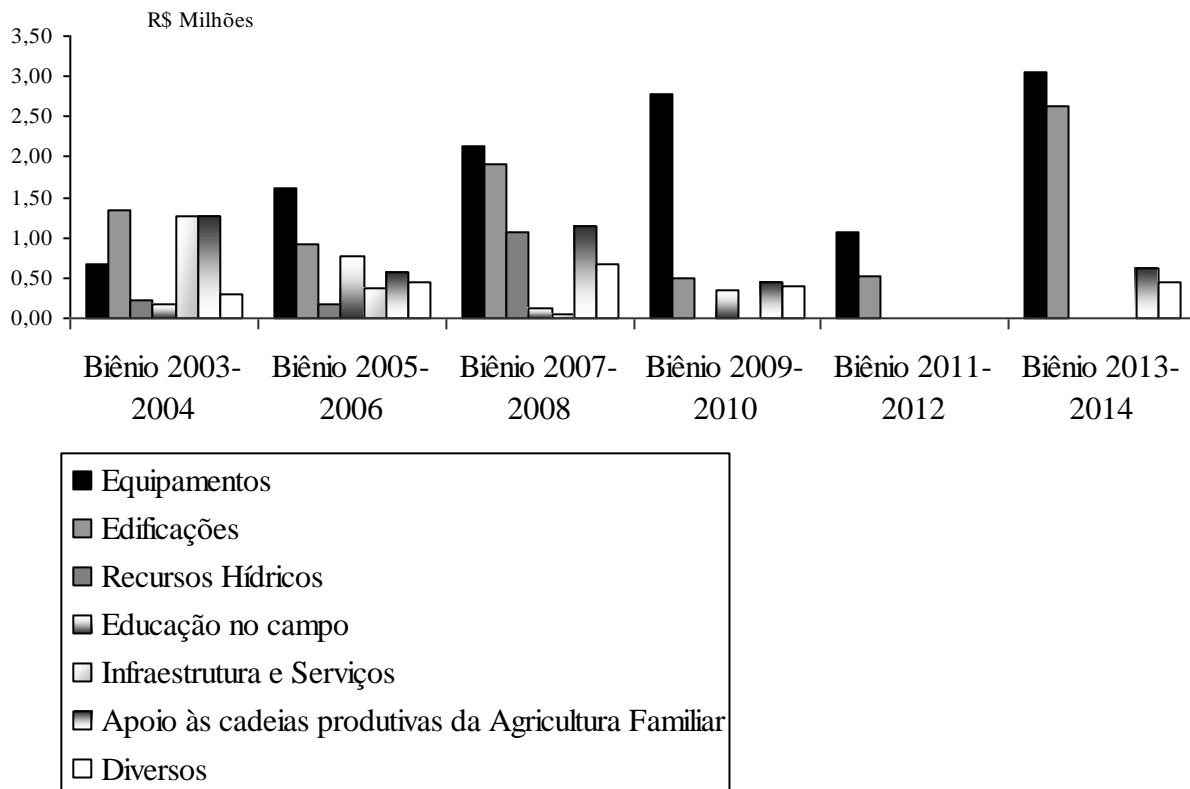
Em Minas Gerais, a partir de 2003, foram sendo instituídos os territórios, e em 2016 existem 13 territórios, sendo 8 deles Territórios da Cidadania. São os seguintes: Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha, Território da Cidadania do Baixo Jequitinhonha, Território das Águas Emendadas, Território Rural Alto Suaçuí Grande, Território Rural Médio Rio Doce, Território da Cidadania do Vale do Mucuri, Território Rural Serra do Brigadeiro, Território da Cidadania Rural Serra Geral, Território da Cidadania Noroeste de Minas, Território Rural São Mateus, Território da Cidadania Alto Rio Pardo e Território da Cidadania Sertão de Minas.

Cada um desses territórios compreende número diferente de municípios, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MDA/SDT. As organizações de Estado e da sociedade civil que existem nas áreas dos territórios supracitados participam nos núcleos dirigentes dos conselhos territoriais, os quais decidem em plenária suas prioridades, ações e uso dos recursos dos programas com os quais são contemplados. É o caso do PROINF, que é o objeto de análise deste trabalho.

A partir dos dados do Gráfico 1 é possível observar que, desde o ano de 2003, os territórios do estado de Minas Gerais foram contemplados com recursos do PROINF. Porém, os valores investidos nos territórios a cada ano variaram em relação ao montante investido. Percebe-se que há um crescendo de investimentos no PROINF nos biênios até 2009/2010; em seguida, observam-se dois movimentos simultâneos: queda nos investimentos e concentração dos investimentos nos itens equipamentos e edificações. Nos primeiros anos dos dois mandatos do Presidente Lula os territórios foram contemplados com um volume de recursos mais elevado. Já no biênio 2011/2012, que corresponde ao primeiro mandato da Presidente Dilma, este valor sofreu queda, sendo que no primeiro ano de seu governo pouco mais de R\$1.500.000,00 foram destinados aos territórios via PROINF, demonstrando queda nos investimentos em relação aos biênios anteriores, principalmente 2009/2010, quando os recursos atingiram o ápice dos valores destinados aos territórios mineiros. Nota-se que nos dois últimos anos do primeiro mandato Dilma o volume de investimentos foi praticamente

triplicado. Pode-se verificar que existe grande disparidade tanto entre os valores investidos quanto entre períodos, de maior e menor gasto do PROINF. Isso reflete vontade política de governos, mas também capacidade de auto-organização dos territórios.

Gráfico 1. Investimentos do PROINF nos territórios de MG por biênio 2003-2014



Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

Os recursos alocados pelo PROINF nesses territórios tiveram diversos destinos, que podem ser classificados nas seguintes categorias:

1. Aquisição de equipamentos: tratores, tanques de armazenamento de leite, veículos de carga, computadores, materiais e utensílios para fabricação de mel, móveis, entre outros;
2. Edificações: construção de galpões, de laboratórios, de cercas, de centros de apoio à agricultura familiar, de pontes, de casas do mel;
3. Recursos hídricos: água e conservação de recursos, preservação e recuperação de nascentes, construção de bacias de contenção, reservatórios de água e sistemas de irrigação;
4. Educação do campo: construção e estruturação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs);
5. Infraestrutura e serviços: estruturação de centro de formação de agricultores, implantação de cooperativas e de unidades de beneficiamento de produtos agrícolas, estruturação de atividades turísticas, estruturação de laticínios;
6. Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar: comercialização de produtos, construção de estruturas para feiras, escoamento da produção, capacitação de agricultores, entre outros.
7. Diversos: ações de mobilização para promoção da identidade do território, visitas e trocas de experiências, estruturação de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, oficinas de iniciação de gestores e atores das associações comunitárias e cursos de qualificação de agricultores, entre outros.

Na tabela abaixo é possível analisar os tipos de projetos priorizados pelos territórios do estado de Minas Gerais para aplicação dos recursos do PROINF, assim como os valores deste recurso entre os anos de 2003 a 2014. De acordo com os dados da tabela 1, os destinos dos recursos do PROINF variam de acordo com as categorias analisadas. A aquisição de equipamentos lidera, com o maior volume de recursos gastos, quase 38% do valor total investido nos territórios do estado. Na sequência está a construção de edificações, as quais utilizaram cerca de 26% do valor total. E ainda, pode-se observar que 13% do recurso foi investido em ações de apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar. As outras categorias de gasto ficaram com 24% dos recursos oriundos do programa no período analisado.

Tabela 01 – Investimento total do PROINF nos territórios de Minas Gerais entre 2003/2014, em reais (R\$) não atualizados.

Categorias de investimento	Total (R\$)	Percentual %
Equipamentos	22.621.330,00	38,00
Edificações	15.574.722,00	26,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	8.084.969,00	13,00
Infraestrutura e serviços	3.361.621,00	6,00
Água e conservação de recursos	2.959.101,00	5,00
Educação no campo	2.820.359,00	5,00
Diversos	4.567.185,00	8,00
Total	59.989.278,00	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

É possível analisar os gastos do PROINF por território em Minas Gerais para o período analisado. A tabela 02 indica a desigualdade de valores investidos entre os territórios no período analisado. O território contemplado com maior volume de recursos foi o Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha, com 17% do valor total dos recursos alocados no período de 12 anos; no mesmo período, o Território da Cidadania do Baixo Jequitinhonha acessou apenas 1% dos mesmos recursos, seguido de outros, como o Território Alto Suaçuí Grande e Sertão de Minas que receberam volume de recursos do programa bastante inferiores aos demais.

Tabela 02 - Investimentos do PROINF por Território em Minas Gerais 2003-2014

Território	Investimento (R\$)	Percentual %
Médio Jequitinhonha	10.100.028,47	17,00
Médio Rio Doce	7.089.742,56	12,00
Alto Jequitinhonha	7.026.348,08	12,00
Serra do Brigadeiro	5.692.271,68	9,00
Vale do Mucuri	5.298.107,32	9,00
Noroeste de Minas	4.825.997,97	8,00
Serra Geral	4.757.304,08	8,00
Das Águas Emendadas	4.161.791,93	7,00
São Mateus	4.123.559,79	7,00
Alto Rio Pardo	3.563.874,82	6,00
Sertão de Minas	1.545.507,93	3,00
Alto Suaçuí Grande	1.463.384,29	2,00
Baixo Jequitinhonha	341.390,76	1,00
Total	59.989.309,68	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

Os territórios do estado de Minas Gerais no período de 12 anos do PROINF foram contemplados com grande número de projetos que variaram de acordo com tipos ou categorias e de acordo com custo. A tabela 03 mostra que em todos os territórios de Minas Gerais os projetos voltados à aquisição de equipamentos lideraram a lista. Há, dentro desta categoria de projeto e as edificações uma diferença de 22% a mais no número de projetos desenvolvidos na região.

Tabela 03 – Número de projetos PROINF por categorias; Minas Gerais 2003/2014.

Categoria	Número de projetos	Percentual %
Equipamentos	143	41,00
Edificações	65	19,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	62	18,00
Diversos	35	10,00
Infraestrutura e serviços	18	5,00
Água e conservação de recursos	15	4,00
Educação no campo	11	3,00
Total	349	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

A partir desses dados fica claro que a maioria dos projetos contemplados por recursos do PROINF no estado ficou a cargo da estruturação dos territórios, isto é, foram voltados à construção de uma estrutura capaz de melhorar as condições de produção, beneficiamento ou comercialização da agricultora familiar. Como já foi mencionado anteriormente, os projetos em sua maioria foram voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, tanto através da facilitação de produção quanto do escoamento e comercialização da mesma.

A seguir, são analisados os investimentos por território.

Nos gastos do PROINF no Território Médio Rio Doce, no período de 2003 a 2014, percebe-se uma descontinuidade dos valores gastos de acordo com o tipo de projeto. Os gastos se concentraram no apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar, seguidos pela criação de infraestrutura e prestação de serviços no território e na promoção de ações para consolidação do território. Ainda pode-se inferir da tabela que os projetos voltados para água e conservação de recursos receberam o menor valor investido, e os projetos voltados para educação do campo (Escola Família Agrícola) não fizeram parte das prioridades do território.

Tabela 04 – Categoria de projetos e investimentos no Território do Médio Rio Doce, 2003/2014.

Categoria	Total (R\$)	Percentual %
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	1.660.753,86	23,00
Infraestrutura e serviços	1.551.955,31	22,00
Equipamentos	1.380.562,39	19,00
Edificações	1.260.583,80	18,00
Diversos	778.684,13	11,00
Água e conservação de recursos	457.203,07	6,00
Educação no campo	0,00	0,00
Total	7.089.742,56	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

No Território da Serra do Brigadeiro os projetos destinados à aquisição de equipamentos e construção de edificações contemplaram 80% dos recursos do PROINF. Os 20% restantes foram destinados à Escola Família Agrícola - EFA e para promoção de ações de consolidação deste território. Percebe-se ainda que projetos voltados à infraestrutura e serviços, água e conservação de recursos e apoio à agricultura familiar não fizeram parte da demanda por projetos no território da Serra do Brigadeiro.

Tabela 05 – Categoria de projetos e investimentos no Território Serra do Brigadeiro, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual %
Edificações	2.703.973,63	48,00
Equipamentos	1.862.958,12	33,00
Educação no campo	683.869,96	12,00
Diversos	441.469,97	8,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Apoio às cadeias produtivas da a. F.	0,00	0,00
Água e conservação de recursos	0,00	0,00
Total	5.692.271,68	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

No Território do Alto Jequitinhonha, os projetos contemplados pelo PROINF no período podem ser vistos na tabela 06 abaixo, segundo a qual os projetos voltados à aquisição de equipamentos e de apoio a agricultura familiar demandaram cerca de 66% do valor total dos recursos do PROINF no intervalo de 12 anos, assim como a construção de edificações, que isoladamente foi contemplada com 23% do recurso total, sendo 15% destes destinados à promoção de ações de mobilização e eventos no território. Aqui também, verifica-se que o território no período analisado não apresentou propostas voltadas para água e conservação de recursos e também para educação no campo.

Tabela 06 – Categoria de projetos e investimentos no Território do Alto Jequitinhonha 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual %
Equipamentos	2.401.437,62	34,00
Apoio às cadeias produtivas da a. F.	2.203.568,14	31,00
Edificações	1.672.434,36	24,00
Diversos	586.629,62	8,00
Infraestrutura e serviços	162.278,34	2,00
Água e conservação de recursos	0,00	0,00
Educação no campo	0,00	0,00
Total	7.026.348,08	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

O Território Médio Jequitinhonha, no período analisado, foi o que teve maior volume de projetos contemplados por recursos do PROINF em Minas Gerais, ultrapassando 17% do total de recursos destinado a todos os territórios do estado. Quanto às categorias de projetos contemplados, percebe-se grande concentração de recursos em aquisição de equipamentos, cerca de 62%. Já 38% do valor total investido no território foi dividido entre projetos de

edificações, água e conservação de recursos, educação do campo, apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar e em ações para sustentação do Território.

Tabela 07 – Categoria de projetos e investimentos no Território do Médio Jequitinhonha, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual %
Equipamentos	6.327.272,55	63,00
Educação do campo	1.134.374,28	11,00
Apoio às cadeias produtivas da a. F.	793.658,59	8,00
Recursos Hídricos	712.263,65	7,00
Edificações	566.017,30	6,00
Diversos	566.442,10	6,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Total	10.100.028,47	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

De acordo com a tabela 08, no Território do Vale do Mucuri os projetos contemplados com recursos do PROINF no período analisado também concentraram os maiores valores na aquisição de equipamentos e na construção de edificações, totalizando 60% do total do recurso destinado ao território de 2003 a 2014. Os outros 40% foram distribuídos entre as demais categorias analisadas, sendo que somente o item água e conservação de recursos ficaram de fora.

Tabela 08 – Categoria de projetos e investimentos no Território do Vale do Mucuri, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual %
Edificações	1.730.288,40	33,00
Equipamentos	1.481.634,38	28,00
Educação no campo	882.437,83	17,00
Infraestrutura e serviços	452.653,75	9,00
Diversos	424.113,68	8,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	326.979,28	6,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00
Total	5.298.107,32	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

O Território Sertão de Minas, em ordem crescente dos recursos destinados aos territórios pelo PROINF no estado de Minas Gerais, ocupa o 3º lugar em menores valores recebidos no período, ficando à frente apenas dos territórios do Alto Suaçuí Grande, que ocupa o 2º lugar e do território do Baixo Jequitinhonha, que recebeu a menor quantia de recursos do programa. Neste território, os recursos foram alocados da seguinte maneira: 73% foram destinados a projetos de água e conservação de recursos, sendo este um diferencial deste território, enquanto a maioria dos territórios concentra recursos em outros projetos. Os 27% restantes ficaram divididos entre aquisição de equipamentos, edificações e ações no território. Outros projetos como infraestrutura e serviços, apoio à agricultura familiar e educação do campo não foram contemplados ou não tiveram propostas apresentadas nos editais do PROINF no período analisado.

Tabela 09 – Categoria de projetos e investimentos no Território Sertão de Minas, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual%
Recursos Hídricos	1.069.277,63	69,00
Equipamentos	300.816,69	19,00
Diversos	120.279,51	8,00
Edificações	55.134,10	4,00
Educação no campo	0,00	0,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	0,00	0,00
Total	1.545.507,93	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

O Território Baixo Jequitinhonha, entre todos do estado de Minas Gerais, é o que em ordem crescente de recursos destinados ocupa a primeira posição, ou seja, é o território que até o ano de 2014, teve os menores valores gastos em equipamentos e ações em relação ao que foi gasto em outros territórios.

Tabela 10 – Categoria de projetos e investimentos no Território do Baixo Jequitinhonha, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual%
Diversos	237.390,76	70,00
Equipamentos	104.000,00	30,00
Edificações	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00
Educação no campo	0,00	0,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	0,00	0,00
Total	341.390,76	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

O Território do Alto Suaçuí Grande também é um dos territórios que até o ano de 2014, foi contemplado com poucos recursos do PROINF em relação aos outros territórios analisados. No entanto, percebe-se que houve uma submissão de propostas aos editais do PROINF somente a partir de 2008 (vide tabela 01), sendo que nos primeiros e últimos anos analisados o território não foi contemplado com recursos do programa. Verifica-se assim, que 75% dos recursos foram destinados a aquisição de equipamentos e 25% em ações no território.

Tabela 11 – Categoria de projetos e investimentos no Território do Alto Suaçuí Grande, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual%
Equipamentos	1.107.959,29	76,00
Diversos	355.425,00	24,00
Edificações	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00
Educação no campo	0,00	0,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	0,00	0,00
Total	1.463.384,29	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

De acordo com a tabela 12, os recursos do PROINF, apesar que alcançarem valores baixos em relação aos outros territórios, conforme pode ser observado nas tabelas acima, foram empregados em uma maior diversidade de projetos no Território do Alto Rio Pardo. No entanto, este território segue a linha de propostas dos demais, destinando maior quantidade de recursos na aquisição de equipamentos e construção de edificações, com cerca de 88% do total do recurso no período analisado nestas duas categorias, ficando o restante 12% para aplicação em projetos de água e conservação de recursos, educação do campo e ações no território. Outras variáveis como infraestrutura e serviços e apoio a agricultura familiar não foram contemplados.

Tabela 12 – Categoria de projetos e investimentos no Território do Alto Rio Pardo, 2003/2014

Categoria	Total	Percentual %
Equipamentos	1.605.367,55	45,00
Edificações	1.515.875,97	43,00
Diversos	304.413,45	9,00
Recursos Hídricos	97.812,85	3,00
Educação no campo	40.405,00	1,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	0,00	0,00
Total	3.563.874,82	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

De acordo com a tabela 13, o Território São Mateus concentrou 84% do recurso em edificações e 16% na aquisição de equipamentos. Percebe-se que este território só passou a ser contemplado com recursos do PROINF a partir de 2011, como pode-se verificar na tabela 01.

Tabela 13 – Categoria de projetos e investimentos no Território do São Mateus, 2003/2014

Categoria	Total	Percentual%
Edificações	3.465.337,85	84,00
Equipamentos	658.221,94	16,00
Água e conservação de recursos	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00
Total	4.123.559,79	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

Os dados da tabela 14 referentes ao Território Serra Geral mostram maior articulação do território na submissão de propostas aos editais do PROINF desde o início da criação desta política pública, pois desde 2003 o território foi contemplado com recursos do programa (vide tabela 01), os quais foram investidos em projetos variados, ficando o maior volume de recursos recebidos nos primeiros anos da política. Também no Território Serra Geral os gastos com equipamentos lideram a lista, seguidos pelos investimentos no apoio às cadeias

produtivas da agricultura familiar. O único item que durante o período analisado não foi contemplado pelos recursos do PROINF foi a educação do campo.

Tabela 14 – Categoria de projetos e investimentos no Território da Serra Geral, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual %
Equipamentos	1.651.551,77	35,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	1.179.956,95	25,00
Infraestrutura e serviços	933.321,30	20,00
Diversos	597.926,73	13,00
Recursos Hídricos	194.049,39	4,00
Edificações	200.497,94	4,00
Educação no campo	0,00	0,00
Total	4.757.304,08	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

O Território Noroeste de Minas desde 2005 vem sendo contemplado com recursos do PROINF (vide tabela 01), que foram empregados em projetos variados, mas concentrando a maior parte do recurso para o período analisado, em projetos de aquisição de equipamentos e edificações, que totalizam cerca de 90% do valor total destinado ao território, sendo os 10% restantes divididos em projetos água e conservação de recursos, educação no campo, apoio à agricultura familiar e ações no território.

Tabela 15 - Categoria de projetos e investimentos no Território do Noroeste de Minas, 2003/2014.

Categoria	Total	Percentual%
Equipamentos	2.700.191,59	56,00
Edificações	1.664.930,26	34,00
Apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar	170.949,37	4,00
Diversos	139.595,60	3,00
Educação no campo	79.273,86	2,00
Recursos Hídricos	71.057,29	1,00
Infraestrutura e serviços	0,00	0,00
Total	4.825.997,97	100,00

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

Como já mencionado anteriormente, a maior parte das obras implantadas nos territórios com recursos do PROINF se enquadram nos tipos de projetos voltados à aquisição de equipamentos, seguidos por projetos destinados à construção de edificações. No entanto, alguns desses projetos, apesar de terem recebido o recurso encontram-se em situações variadas, sendo classificadas pela SDT/MDA em: obras concluídas, atrasadas, iniciadas, não iniciadas, paralisadas e normais. A tabela 18, revela a quantidade e a situação das obras nos territórios de Minas Gerais em 2014.

Tabela 16 – Situação das iniciativas do PROINF em Minas Gerais 2003/2014.

Território	Quantidade de ações	Concluída	Atrasada	Iniciada	Não iniciada	Paralisada	Normal
Vale do Mucuri	28	22	2	0	3	0	1
Médio Jequitinhonha	47	42	0	0	1	2	2
Médio Rio Doce	57	55	0	0	1	1	0
Alto Jequitinhonha	48	33	2	1	9	1	2
Serra do Brigadeiro	43	41	0	0	2	0	0
Noroeste de Minas	31	27	0	0	3	0	1
Serra Geral	42	38	1	0	1	2	0
São Mateus	5	2	0	0	3	0	0
Alto Rio Pardo	21	13	1	0	2	3	2
Das Águas Emendadas	17	13	0	0	2	0	2
Alto Suaçuí Grande	11	9	0	0	0	0	2
Sertão de Minas	11	11	0	0	0	0	0
Baixo Jequitinhonha	3	1	0	0	1	0	1
Total	364	307	6	1	28	9	13

Fonte: SDT/SGE, 2015. Adaptada pelos autores.

Como pode-se perceber, as obras financiadas com recursos do PROINF, somando todos os territórios mineiros totalizam 364 projetos. A maior parte deles, cerca de 80%, se encontram concluídos. Percebe-se ainda, que os projetos que se encontram em situação "não iniciada", estão presentes na maioria dos territórios, sendo que no Alto Jequitinhonha, encontra-se o maior número de obras nesta situação. Alguns territórios como Alto Suaçuí Grande e Sertão de Minas, apresentam todas as suas obras concluídas, e o Território Médio Rio Doce se destaca como aquele com maior número de obras concluídas. A tabela ainda destaca que a maioria das obras em situação irregular, são aquelas que se encontram na situação de "não iniciadas".

5. Considerações finais

Os resultados apresentados neste artigo mostraram que no período analisado, 2003 a 2014, todos os territórios de Minas Gerais foram contemplados com recursos do PROINF. Porém existem situações em que os projetos apresentam algumas disparidades entre territórios no que se refere tanto aos valores gastos por território, quanto ao número de propostas apresentadas aos editais do PROINF e aos valores gastos por território e por tipo de projetos, de acordo com as categorias analisadas.

Em relação aos valores gastos entre os territórios, observa-se grande desigualdade nos valores implementados nos territórios, chegando a uma diferença de quase 95% entre o território que recebeu o maior volume de recursos do PROINF, no caso o Território do Médio Jequitinhonha, e o que recebeu o menor valor de recurso do PROINF, o Território do Baixo Jequitinhonha. Neste item, os territórios do Médio Jequitinhonha, liderando, seguido pelo Médio Rio Doce e Alto Jequitinhonha, ocupam os três lugares na lista como os três que foram contemplados com os maiores volumes de recursos gastos do PROINF em Minas Gerais, respectivamente.

Quanto ao número de propostas enviadas aos editais do PROINF no período de 12 anos, pelos territórios de Minas Gerais, percebe-se que foi um número bastante elevado, totalizando 349 projetos, sendo que, dentre as categorias analisadas, os principais são os projetos voltados à aquisição de equipamentos, com 40% do total de propostas enviadas e aprovadas. Quando se analisa os valores gastos por tipo e por território, tem-se que, em sete dos doze territórios de Minas Gerais, é na aquisição de equipamentos que são gastos os maiores volumes de recursos do PROINF. No entanto verifica-se que 50% dos territórios empregam algum valor na maioria das categorias analisadas, ficando cerca de duas categorias à margem dos investimentos. Os outros 50% dos territórios destinam seus recursos na criação de infraestrutura, ou seja, em equipamentos, edificações, infraestrutura e serviços.

Vale destacar aqui o item "água e conservação de recursos", pois apesar de ser um tema e um problema crítico em vários dos territórios mineiros, apenas 15 propostas aprovadas contemplam este item, ultrapassando apenas as propostas voltadas à educação no campo, através principalmente da implementação de escolas família agrícolas, que totalizaram apenas 11 propostas no período analisado, sendo que investimentos na educação do campo, é importantíssimo para a capacitação de agricultores familiares.

Outro item que merece análise é o que diz respeito ao apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar. Apesar de receber destaque entre as diretrizes do PROINF, o número de propostas que contemplam este item pode ser considerado pequeno em relação à aquisição de equipamentos e a construção de edificações, uma vez que nem sempre estes dois itens são aproveitados por todos os agricultores familiares de todos os municípios onde são empregados.

A partir das análises esboçadas aqui, fica claro que o PROINF conseguiu alterar de alguma maneira o cenário econômico dos territórios de Minas Gerais, gerando condições necessárias, mas não suficientes para promover um desenvolvimento igualitário entre os territórios. É possível notar também que o PROINF, a partir das propostas selecionadas e enviadas pelos colegiados territoriais, tem contribuído para criar ações mais autônomas entre os atores sociais nos territórios, uma vez que, como já exposto acima, é neste espaço que poder público e sociedade civil se encontram, debatem e entram em consenso sobre o que é necessário para melhorar as condições de produção, beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar.

6. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios. *Economia Aplicada*. N.2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Manual de Operacionalização do PROINF*. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília, 2013.

- JESUS, C.M. Desenvolvimento territorial rural: uma análise comparada entre territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. Tese (doutorado em economia), UFU, 2014. Cap. 4 e 5.
- NUNES, Emanuel M. et. al. Agricultura familiar e política territorial: a ação do Apoio a Projetos de infraestrutura e Serviços (PROINF) nos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN). VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Maranhão: 2015.
- ORTEGA, César. MOYANO, Eduardo (orgs). Políticas Públicas Territórios Rurais no Brasil. In: Desenvolvimento em Territórios Rurais: Estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas: Ed. Alínea, 2015.
- ORTEGA, César. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008, 244p.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Raízes. Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10–22, jan. /dez. 2005.
- SDT. Infraestrutura e serviços municipais: em apoio ao desenvolvimento territorial. Brasília, SDT/MDA, 2003.
- SDT. Sistema de Gestão Estratégica. Documento de Referência. Brasília, 2010.
- SOUZA, Sérgio P.; HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. Interfaces entre desenvolvimento territorial e rural a partir da perspectiva dos territórios da cidadania do estado de São Paulo. VI Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriales Y Ambientales. São Paulo: 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6
- TARSITANO, Rodrigo A.; SANT'ANA, Antônio L.; ARAÚJO, Carlos Augusto M. Análise dos projetos PROINF do Território Andradina, estado de São Paulo, período 2004 a 2011. Informações Econômicas. São Paulo. V. 43, n. 3, 2013. Disponível em ><ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2013/ie050613.pdf>> Acesso em: Mar 2016.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, K. Conflitos Ambientais. In: Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.